



O direito de um e o direito de todos

Nos últimos dois anos, a sociedade brasileira tem sido atacada por diversas medidas governamentais, parlamentares e jurídicas, que colocam em risco a nossa democracia e nossos direitos fundamentais. São muitos os assaltos à nossa cidadania, nossas riquezas e nossos direitos: a PEC 144/55, que congelou por 20 anos os investimentos em Educação, Saúde e Seguridade Social, a reforma trabalhista, com a consequente precarização das condições e relações de trabalho, a terceirização acelerada de serviços essenciais, a ameaça da reforma da previdência, a flexibilização do conceito de trabalho escravo, a entrega da Petrobrás à especulação internacional são algumas das medidas que afetam o patrimônio, as conquistas e nossos direitos cidadãos.

No campo da Educação, a irresponsável reforma do Ensino Médio, produzida à revelia dos atores e pesquisadores da Educação, irá produzir maior desigualdade de condições de ensino-aprendizagem entre estudantes de escolas públicas e privadas e ampliar o já acentuado abismo social marcado pelas dificuldades de acesso das classes trabalhadoras ao Ensino Superior de qualidade.

A recente ampliação e autorização para funcionamento de Cursos de Graduação totalmente à distância já está produzindo seus efeitos nocivos à educação superior brasileira e às/os docentes de todo o país: nos últimos dois meses, crescem as notícias de demissões em massa nas universidades privadas.

Nas universidades públicas, nos últimos dois anos tem sido frequente o encolhimento do orçamento e de medidas que acabam por impedir a expansão/reposição dos quadros docentes e comprometem a qualidade da educação e as possibilidades de ampliação do acesso aos bancos universitários públicos – revela-se, assim, um lamentável retorno ao extremo elitismo de nossas instituições.

No campo jurídico, distintos cidadãos têm sido tratados com desiguais pesos e medidas, tornando a imparcialidade jurídica peça de ficção no cenário brasileiro. A aplicação desigual da justiça, motivada por interesses muitas vezes escusos, questionáveis ou desprovida da devida imparcialidade jurídica e marcada por vieses socioeconômicos e políticos, coloca em cheque toda a nossa democracia, duramente conquistada pelas cidadãs e cidadãos brasileiros.

Nesse Brasil que ignora a constituição brasileira e sequestra os direitos fundamentais, que vende nossas riquezas e dilapida nossos bens maiores – educação, saúde,

trabalho, aqueles que defendem, trabalham e constroem a cada dia processos comprometidos com os direitos humanos, a justiça e a igualdade não podem calar-se ou se acovardarem – é preciso defender e lutar por nossa cidadania, para todas e todos, sem distinção e exceções.

Sequestrar os direitos de qualquer cidadã ou cidadão não é um problema apenas daqueles que hoje são alvo desse modo injusto de praticar as leis – hoje são eles, amanhã quem será? Rasgada nossa constituição, que garantias de direito efetivamente teremos?

Como psicólogas/os, indagamos: como pensar em saúde mental, em segurança, em identidades positivamente orientadas, quando o que é de mais caro ao ser humano – sua dignidade acima de quaisquer circunstâncias e interesses - tem sido constantemente ameaçado?

Como formar Psicólogas/os para esse Brasil que nega, que avilta, que segrega?

Acreditamos, portanto, que a defesa de direitos iguais para todas e todos é também tarefa da Psicologia.

A defesa do direito de um é, assim, a defesa do direito de todas e todos. O ataque a esses direitos é ataque a toda a nação brasileira.

Nenhum direito a menos!

Nenhuma cidadania roubada!

Justiça igualitária para todas e todos!

Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

Brasil. Janeiro de 2018